

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS DISCURSOS DOS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS GOIANAS

Miriam Fábria Alves – UFG

miriamfabia@ig.com.br

Resumo: Esse trabalho se propõe a analisar a gestão democrática no estado de Goiás a partir dos discursos dos gestores das escolas públicas. A pesquisa documental utiliza como fonte principal os textos redigidos pelos quatrocentos gestores aprovados para cursar a especialização a distância em Gestão Escolar. É possível afirmar que se configura, na voz dos gestores, um discurso hegemônico acerca da necessidade da gestão democrática para a qualidade da escola pública brasileira. Essa gestão democrática é expressa nas demandas de construção coletiva e da necessidade de participação da comunidade.

Palavras-chave: gestão democrática; discursos; escolas públicas goianas

INTRODUÇÃO

A gestão democrática ocupa um papel central na pauta do debate educacional atual, em especial no âmbito escolar. Nesse sentido, esse trabalho pretende analisar a gestão democrática no estado de Goiás a partir dos discursos dos gestores escolares. O intuito é buscar uma compreensão mais apurada e significativa dos discursos elaborados acerca da gestão escolar, pretendendo analisar as concepções de gestão dos gestores de escolas públicas de Goiás.

Para tal objetivo, utilizou-se a pesquisa documental tendo como fonte principal quatrocentos textos redigidos pelos gestores de escolas públicas, candidatos aprovados no processo de seleção do curso de especialização a distância Gestão Escolar, pertencente ao Programa Nacional Escola de Gestores de Educação Básica – MEC. O curso é ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás em parceria com a Secretária de Educação do estado de Goiás. Seu público alvo são os gestores, diretores, vice-diretores ou equivalente, das escolas públicas municipais e estaduais.

No processo de seleção, realizado on-line no período de janeiro e fevereiro de 2008 os candidatos deveriam escrever um texto justificando o seu interesse ao curso pretendido. Ao todo foram 1215 candidatos que se inscreveram e foram selecionados 400 cursistas distribuídos em nove Pólos: Catalão, Formosa, Goianésia, Goiânia (duas turmas), Cidade de Goiás, Jataí, Luziânia, Porangatu, Posse, totalizando dez turmas, tendo cada uma delas quarenta cursistas. Os pólos abrigam cursistas de escolas públicas localizadas em diferentes cidades de Goiás e a sua localização geográfica abarca uma ampla área do estado. Essa

diversidade geográfica permitiu uma leitura plural das diferentes realidades da escola goiana e, conseqüentemente, dos discursos sobre gestão democrática em Goiás.

Para essa análise as fichas foram lidas e analisadas. As utilizadas nesse texto foram numeradas para facilitar a identificação na análise. Tomou-se o cuidado para que os textos selecionados nesse trabalho fossem representativos de todos os Pólos, garantindo uma análise mais próxima da realidade goiana.

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar insere-se no processo de formação continuada de gestores escolares implantado pelo Ministério da Educação e compõe o *Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica*, coordenado, a partir de janeiro de 2006, pela Secretaria de Educação Básica, contando com a colaboração da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA/FNDEⁱ.

O curso faz parte de um conjunto de políticas que vêm sendo implementadas pelo setor público, nas esferas federal, estadual e municipal, que busca garantir o direito da população brasileira à educação escolar com qualidade social através do princípio de gestão democrática da escola.

O público alvo é a equipe gestora de escolas públicas municipais e estaduais de Goiás: Diretor e Vice-Diretor, ou o equivalente nos diferentes sistemas de ensino, totalizando, no máximo, dois participantes por escola

No âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, o curso oferecido pela Faculdade de Educação/UFG compõe a segunda edição do Curso. A primeira iniciou em 2006, com a participação de universidades federais dos estados brasileiros de Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Tocantins. Na edição atual, de 2008, o curso se realizou nos demais Estados e Distrito Federal, incluindo Goiás.

O curso totaliza 400 h/a, divididas entre atividades presenciais e a distância de acordo com a organização de cada IFES e é ministrado na modalidade de educação a distância (EAD) e mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), porém não dispensa os encontros presenciais, conforme determina a legislação nacional. Para além do uso das TICs nas instituições escolares, como uma demanda da cultura contemporânea em todos os espaços

a educação na modalidade a distância tem-se constituído em possibilidade de viabilização e ampliação de diferentes formas de aprendizagem, tendo em vista que as inovações tecnológicas têm influenciado de forma singular tanto a cultura escolar, como a organização e a relação pedagógica estabelecida neste espaço. A implementação de projetos em educação a distância (EaD), seja de formação inicial ou continuada, tem sido adotada como forma de atender às mais diversas necessidades de formação e capacitação. Esse contexto têm colocado para as instituições formadoras novas demandas e novos desafios (UFG, Projeto do Curso, 2008, p.3).

Na Faculdade de Educação da UFG, o Curso de Especialização em Gestão Escolar teve seu início em agosto de 2008 e a previsão de término será outubro de 2009. A realização do Curso, diretamente ligada ao contexto da escola pública de Educação Básica, possibilita à Universidade e, especificamente, à Faculdade de Educação, cumprir seu papel no âmbito da extensão por meio de um curso de Especialização voltado à comunidade escolar, sob a modalidade de formação em serviço de gestores de escolas públicas.

Além disso, o Curso, ministrado na modalidade EAD-TICs permite a aproximação das distâncias e, portanto, inclui a participação de gestores de cidades distantes que se reúnem para obter informações, ler e discutir coletivamente textos, refletir sobre problemas de gestão em suas escolas, mesmo estando em espaços físicos longínquos. Deste modo, além da divulgação e reflexão sobre as políticas nacionais educacionais em vigência no país, os participantes também contam com um grupo de discussão e partilha de suas experiências de gestão.

Nesse sentido, o curso representa uma contribuição significativa da Faculdade de Educação/UFG para a formação continuada em Goiás, mas também pode permitir uma apreensão mais apurada da gestão nas escolas públicas goianas.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: OS DISCURSOS DOS GESTORES

Nesse trabalho os textos produzidos pelos gestores foram considerados como discurso no qual é possível analisar as concepções de gestão presentes nas escolas públicas goianas. Assim, buscou-se compreender a representação que os locutores, os gestores da Educação Básica, fazem da gestão escolar em Goiás, de modo a perceber como é representado o ideário da gestão democrática na escola.

Inicialmente, pode-se dizer que os gestores reconhecem as mudanças ocorridas na educação, na escola e também na gestão escolar “a educação evolui muito. O que antes era uma escola rígida, autoritária hoje é uma escola democrática” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 2). Afirmam também que a escola “avançou em vários aspectos, dentre eles pode-se citar a sua função social, que passa de simples precursora do saber para um trabalho mais amplo o qual

leva a completude do ser humano” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 18). Nesse contexto as exigências para a gestão são desafiadoras “a gestão de uma escola não pede mais diretores ou vice-diretores e sim líderes que sejam capazes de conduzir sua equipe afim de alcançar índices de excelência” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 2). De acordo com um dos gestores, a concepção de gestão democrática deve ser compreendida no contexto da educação brasileira

Acredito que pensar a gestão implica em definir claramente qual a função social da escola. Implica em pensar: para que serve a escola? Quais são as funções básicas? Ao refletirmos sobre estas questões iremos entender que diretores, coordenadores, professores, alunos, pais e funcionários devem vivenciar e problematizar a gestão da escola visando democratizá-la. Essa compreensão traz implicações no que se refere a distribuição do poder e do partilhamento das decisões da escola (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 23).

A constatação de que a realidade escolar sofreu alterações significativas nas últimas décadas revela a importância de se discutir a função social da escola pública brasileira, em especial, diante das exigências do público atendido nesse espaço. É possível afirmar que os gestores compreendem esse desafio e ressaltam também o papel da gestão para a qualidade da educação “tenho plena convicção que um bom ensino aprendizagem se constrói a partir de uma boa gestão, tendo em vista que é o gestor (líder) que impulsiona sua equipe para um bom trabalho” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 5). A qualidade também é atribuída ao processo de formação dos profissionais “estou certa de que minha atualização profissional [...] contribuirá para que meus projetos educativos promovam a melhoria na qualidade do ensino e ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo e conhecedor de seus direitos e deveres” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 20).

Nesse sentido, o discurso dos gestores está em consonância com a compreensão de que “a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso a educação continuada, presencial ou à distância” (CURY, 2007, p.488). Nesse aspecto é necessário considerar também que “a gestão do projeto pedagógico é tarefa do coletivo do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade” (p.489).

Existem muitas atribuições para o gestor: líder, coordenador de todas as atividades desenvolvidas pela escola, “elo de ligação entre os vários segmentos da comunidade escolar” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 7). Seu papel “é estar informado, atualizado com as metodologias pedagógicas, inseridos no contexto do processo de ensino aprendido” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 13) ou mesmo “estar integrada à escola, de forma consciente e crítica, sendo capaz de tomar decisões político/pedagógico que atendam aos anseios da comunidade

escolar” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 13). Para Bordignon e Gracindo (2001) o “gestor é o coordenador, com conhecimento técnico e percepção política, não mais o dono do fazer e, sim, o animador dos processos, o mediador das vontades e seus conflitos”. Por isso, os autores também compreendem o espaço da escola como espaço ocupado por “sujeitos com circunstâncias pessoais, papéis e responsabilidades distintas” (idem, p.163), o que determina a forma como a comunidade escolar organiza o trabalho pedagógico, o processo de tomada de decisão, o envolvimento dos pais/responsáveis e a participação de todos.

Não obstante as dificuldades para se concretizar esse discurso, o reconhecimento de que o gestor não é o detentor absoluto do poder na escola abre perspectivas para a construção de uma gestão democrática. Assim, a eleição para os cargos de gestão da escola, pode ser considerada um avanço significativo para a realidade goianaⁱⁱ e nos discursos dos gestores percebe-se a valorização do processo de eleição para diretor, mas ressalta-se a necessidade de formação para o bom o exercício dessa função “da mesma maneira que institucionalizar, por exemplo, a eleição de diretores, não garante por si só a mudança de práticas autoritárias, antidemocráticas e centralizadoras, que inviabilizam uma gestão da escola mais democrática, aberta e coletiva” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 4). Para outros cursistas “um bom gestor sempre se preocupa em se capacitar para desempenhar uma gestão de qualidade” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 24).

Nesse sentido, a gestão democrática é defendida como uma gestão “humana que possa trabalhar em prol de um ensino de qualidade convivendo com a diversidade, tolerância e justiça” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 10). À equipe gestora da escola é delegada “a principal responsabilidade de democratizar, modernizar e transformar o processo de ensino-aprendizagem” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 15).

Na construção discursiva dos gestores a experiência de gestão democrática é apresentada como um fazer diferente, ou nas palavras de Cury (2007) “o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa: fazer, brotar, germinar, fazer nascer” (p.493). Daí resulta a compreensão de que a “gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática” (p.494).

Os gestores também revelam a necessidade do trabalho coletivo na condução da gestão da escola como possibilidade de busca de “melhorias em todos os setores de minha unidade escolar e concluir juntamente com meu grupo de trabalho uma gestão eficaz e de qualidade” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 10). Para outro gestor a formação é representada com o objetivo de “despertar habilidades e competências para liderar o grupo com senso de coletividade e

democracia além de buscar meios para a formação da nova cidadania e do novo perfil de profissional da educação” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 12). Assim, a busca

de uma excelência no fazer diário deve concretizar-se mediante o reconhecimento da importância do trabalho em equipe. Compreendendo as relações de convivência para interagir, positivamente em diferentes grupos, valendo-se do respeito, da cooperação e da solidariedade, repudiando a discriminação e a injustiça, elegendo o diálogo como meio de resolver conflitos, por meio de uma postura coerente e flexível diante das diferentes situações da realidade (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 21).

Nessa perspectiva, a capacitação dos gestores é vista como critério para “maior segurança e tranquilidade, para sobressair e facilitar um trabalho coletivo, um planejamento e atender a comunidade escolar em seus anseios” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 14). Outro gestor afirma que “é fundamental para o gestor escolar, principalmente o de escola pública ser qualificado e estar em formação continuada sempre” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 22).

No que tange a formação continuada, os gestores afirmam ser esse um desafio no cotidiano escolar, marcado pelas condições precárias de trabalho e pela ausência de políticas de valorização do profissional e conseqüentemente de sua formação ao longo do exercício da profissão. Contudo, à formação continuada não pode ser atribuído o peso de transformar a realidade escolar, pois como adverte Freitas (2007) entender “as amarras sociais” de uma sociedade marcada pela desigualdade e exclusão, marcas características do capitalismo, “é importante para que não criemos ilusões de soluções fáceis para os problemas da educação e da formação.” (p. 1204)

Outra questão recorrente nos textos analisados diz respeito à participação representada como

o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da gestão escolar. Além disso proporciona um melhor conhecimento dos objetos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais e demais funcionários (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 19)

De acordo com Bordignon e Gracindo (2001) a participação é um tema muito discutido, mas há muita dificuldade em definir o que é essa tal participação. Muitas vezes, a participação é representada “como mero processo de colaboração, de mão única, de adesão, de obediência às decisões da direção” (p.170), o que em hipótese nenhuma jamais será participação ou gerará compromisso. Para os autores “participação requer o sentido de construção de algo que pertence a todos e que tem diretamente a ver com a qualidade de vida de cada um, seja no sentido da realização pessoal, seja pelos benefícios sociais que dela

advém. O compromisso, que gera a participação, requer a repartição coletiva do sucesso, não apenas da responsabilidade.” (p.171).

Os textos dos gestores descrevem as dificuldades relacionadas ao exercício da direção “com a eleição para o grupo gestor, professores que como eu, pertencem a área específica ficamos um pouco confuso com essa mudança de cargo. Não tenho muita experiência em gerir uma escola” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 1). Para outros “no cotidiano da escola são muitas as queixas e questões burocráticas, que faz com que o tempo do gestor fique compelido com tantas solicitações por parte da comunidade escolar e da sociedade em geral (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 25). Constatam também que “a gestão escolar é um grande desafio para mim, pois exige conhecimentos e habilidades que as vezes não os tenho. E lidar com os educandos e educadores é algo que requer muita criatividade [...], muito malabarismo e empreendedorismo que nem sempre sabemos onde buscá-lo, a quem recorrer ou como fazê-lo” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 26).

No campo das dificuldades os gestores reconhecem que:

no trato com questões educacionais que vão além da sala de aula, a que estava acostumada, percebo que a angústia aumenta na medida em que, não encontramos respostas para os problemas que se colocam como por exemplo a evasão, a qualidade de educação, o foco na aprendizagem, a administração em si, a formação do professor (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 16).

Se por um lado, para muitos profissionais da escola a gestão é uma atividade muito distante de sua prática, apenas quando se assume o cargo se tem noção exata desse desafio “antes de atuar nesta área não me preocupava com assuntos administrativos, não entendia muito bem”, por outro, muitos revelam a atitude de buscar os momentos formativos como alternativas no enfrentamento dos problemas da escola: “assumindo este cargo vi que precisava aprimorar meus conhecimentos, então no ano de 2006 participei do curso de Progestão” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 6). Pode-se afirmar que as atividades específicas da gestão escolar, ou como denomina o gestor “os assuntos administrativos”, ainda são pouco compartilhadas no cotidiano escolar, o que dificulta e muito a ação dos profissionais que assumem essa tarefa na escola. Aprende-se no dia-a-dia e diante das pressões da comunidade escolar. Nessa perspectiva, a reflexão de Oliveira (2002) expressa essa realidade:

Premido pela necessidade de ter popularidade junto à comunidade, de ser legítimo nas suas atitudes, que não deverão contrariar os princípios da gestão democrática, e ainda tendo que responder aos constrangimentos que reforçam a necessidade do trabalho coletivo na escola, o diretor tem de trabalhar dobrado, pois encontra grande dificuldade em delegar responsabilidades, dar ordens, distribuir tarefas (p.139).

Quando algumas questões mais específicas são abordadas nos textos, tais como a escola de tempo integral e a inclusão, os gestores ressaltam os princípios da democratização e da construção de espaços coletivos de aprendizagem

dentro da minha realidade percebo que a inclusão educacional só tem êxito a partir do momento que a gestão escolar esteja voltada para os princípios de democratização e formação continuada, que possibilita a criação de ambientes de aprendizagem dentro da escola e desta forma a inclusão e a aprendizagem de todos os alunos (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 17).

No entanto, essas questões são pouco recorrentes nos textos analisados, o que pode indicar que não são percebidas como desafios para a gestão ou não ganham relevo na prática da maioria dos gestoresⁱⁱⁱ. Tais questões são merecedoras de análises mais apurada, o que não constitui objeto desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando esses textos como discursos produzidos pelos gestores em condições determinadas, ou seja, o processo seletivo para o curso de Especialização, pode-se afirmar que “um discurso só se justifica à medida que através dele, o locutor se situa de modo singular no quadro de informações preexistentes à sua enunciação” (Osakabe, 2002, p.90). Nesse caso, temos uma construção histórica de concepções que justificam e regulamentam a gestão democrática na educação brasileira elaboradas desde os anos de 1980.

No entanto, pode-se afirmar que ainda há muita dificuldade nas unidades escolares em vivenciar essa gestão democrática, uma vez que se considera essa experiência do democrático como um processo complexo, que deve levar em conta os traços da realidade patrimonialista que marca a história brasileira, mas também, todas as dificuldades de mobilização da comunidade escolar para construir coletivamente os caminhos da escola. Numa cultura excessivamente individualista, qualquer exercício de coletivo é sempre desafiador e no caso da escola pública esse processo se complexifica quando se considera o público atendido nesse espaço e suas efetivas condições de vida.

Por fim, percebe-se também que os gestores compartilham a construção de um discurso hegemônico de gestão democrática na escola, pautada nos princípios do trabalho coletivo, da humanização dos processos educativos, da qualidade da escola e da valorização da participação da comunidade escolar. No entanto, é preciso refletir que a materialização desses princípios pressupõe o investimento em educação, uma vez que o financiamento

destinado à educação básica no Brasil ainda não consegue suprir as exigências de um padrão mínimo de qualidade da escola pública.

De acordo com Dourado (2007) “o investimento em educação básica, tendo a qualidade como parâmetro de suas diretrizes, metas e ações e conferindo a essa qualidade uma dimensão sócio-histórica e, portanto, inclusiva, é um grande desafio para o país”, pois para assegurar a qualidade social da educação será necessário “um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação à melhoria das condições de vida e de formação da população” (p.940), perspectiva de longo prazo, mas que nessa análise é considerada fundamental para a construção de uma sociedade democrática e de gestão democrática na escola brasileira.

ⁱ O Programa Nacional Escola de Gestores foi implementado, em caráter experimental, em 2005, sob a coordenação do INEP, tendo realizado um projeto piloto de formação de dirigentes por meio de um curso de 100 horas que atingiu 400 dirigentes de escolas de 10 estados da federação. Nesse curso utilizou-se o suporte tecnológico do Moodle. A re-elaboração do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica tem como referência, além da avaliação do projeto-piloto realizada pelo INEP, estudo realizado sobre programas de formação de gestores escolares, que teve como objetivo analisar de forma comparativa cinco programas voltados para a formação de gestores escolares, indicando suas principais características em relação às novas tendências educativas. São eles: Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – PROGESTÃO, Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, Programa de Formação Continuada de Gestores da Educação Infantil e Fundamental – PROGED, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores – CINPOP, Programa de Formação de Gestores da Educação Pública – UDJF.

ⁱⁱ A eleição para diretores é praticada na rede estadual de Goiás e em algumas redes municipais. Em muitas outras os cargos de gestão ainda são ocupados por profissionais indicados por critério político.

ⁱⁱⁱ Algumas questões que extrapolam a análise proposta nesse trabalho aparecem nos textos e merecem ser pontuadas. A primeira diz respeito a valorização do curso de especialização pelo fato de ser oferecido por uma universidade federal e ser gratuito “temos certeza que será um curso de especialização de grande ‘quilate’, enriquecedor, buscando igualdade de participação por ser público” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 3). De acordo com outra candidata “sou admiradora dos cursos e serviços oferecidos pela UFG” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 9). Outra questão diz respeito a visão, que poderia classificar de equivocada de que o curso na modalidade a distância não requer o mesmo critério de exigência de um curso presencial. É recorrente nos textos escritos afirmações de que “necessito ampliar meus conhecimentos na área em que atuo, não tenho condições e nem horário disponível para cursar uma especialização em período normal” (UFG, 2008, INSCRIÇÃO 11) Nessa perspectiva essa concepção carece de uma análise mais apurada ensejando novos estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS:

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina V. Gestão da Educação: o município e a escola. In. FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Angela da S. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Carlos R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Porto Alegre: ANPAE, V.23, n.3, set./dez., p. 483-495, 2007.

DOURADO, Luiz F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, out., v.28, n.100, p.921-946, 2007.

FREITAS, Helena C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, out., v.28, n.100, p.1203-1230, 2007.

OLIVEIRA, Dalila A.. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In. OLIVEIRA, Dalila A. e ROSAR, Maria de Fátima F.. *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

UFG. Faculdade de Educação. *Projeto do curso de Especialização a Distância em Gestão Escolar*, 2008.

_____. Faculdade de Educação. *Inscrição dos candidatos ao curso de Especialização a Distância em Gestão Escolar*, 2008.